

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 18 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1998

A PÓS-GRADUAÇÃO E A PESQUISA EM GEOGRAFIA (NOTAS PRELIMINARES)

Valter Casseti*

RESUMO

O presente texto tem por objetivo subsidiar discussões sobre a questão da pesquisa e pós-graduação em Geografia. Para tal fundamentou-se em diagnóstico a partir de relatórios de cursos e fichas de avaliação relativos ao biênio 1994/95, disponibilizados pela Capes.** A partir de então apresentam-se alguns pontos para discussão, relacionados aos aspectos intrínsecos dos programas de pós-graduação em Geografia, bem como argumentos para uma necessária desconcentração da pós-graduação no Brasil. Por fim, procura-se chamar atenção para algumas questões de base, para um possível reordenamento espacial e mesmo reestruturação dos programas de pós-graduação no país.***

UNITERMOS: Pesquisa / Pós-Graduação / Geografia

ABSTRACT

The aim of the present text is to initiate discussions on the topic of research and post-graduation in Geography. For that purpose, this was based on diagnosis from course reports and evaluation records from the years

* Professor colaborador da Pós-Graduação do IESA/UFG.

** Agradecemos a colaboração da Profa. Rosângela Arcoverde-CAA e da Profa. Mônica V. Silveira - COI.

*** Os dados relativos a 1996 não foram disponibilizados por problemas no sistema.

1994/95, made available by Capes. Therefore, these present some topics for discussion, related to the intrinsic aspects of the Geography post-graduation programmes, as well as the arguments towards a necessary decentralization of post-graduation in Brazil. Finally, attention is hereby called for some basic points that would imply a possible space reordenation and even a new structuralisation of the country's post-graduate programmes.

KEYWORDS: Research / Post-Graduation / Geography

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

A pós-graduação em Geografia inicia-se no Brasil em 1971, na Universidade de São Paulo (mestrado e doutorado). No ano seguinte, é implantado o mestrado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na mesma década são criados mestrados na Universidade Federal de Pernambuco (1976) e na Unesp-Rio Claro (1977). Na década seguinte surgiram programas de mestrado na UFSC (1985), na UFSE (1985), em convênio com a Unesp-RC, na UFMG (1988) e na Unesp-Presidente Prudente (1988). A partir da década de 1990 iniciaram-se os mestrados em Geografia na UFBA (1994) e na UFG (1995/2). Atualmente, portanto, existem 11 programas de pós-graduação em Geografia, em nível de mestrado, integrados ao sistema Capes, aos quais são acoplados 5 cursos em nível de doutorado (na USP-Geografia Física e Geografia Humana, 1971; na Unesp-RC, 1983; na UFRJ, 1992; e na Unesp-PP, 1995).

Com relação à distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em Geografia, constata-se que seis instituições encontram-se na região Sudeste (54,5% do total de cursos), três na região Nordeste (27,2%), um na região Sul e um na região Centro-Oeste. Observa-se que só o Estado de São Paulo possui 4 das 11 instituições que oferecem pós-graduação em Geografia, correspondendo a quase 40% dos programas existentes (Fig. 1).

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO SISTEMA CAPES – 1995

Número de Doutores do
Corpo Permanente:

De 4 a 7 doutores

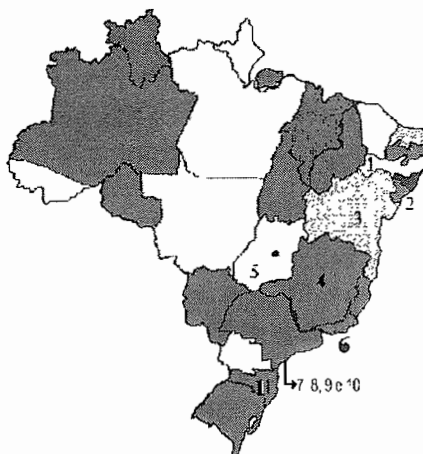
- 1 - UFPE
- 2 - UFSE
- 5 - UFG

De 9 a 14 doutores

- 3 - UFBA
- 4 - UFMG
- 7 - USP-F
- 11 - UFSC

De 19 a 36 doutores

- 6 - UFRJ
- 8 - USP-H
- 9 - Unesp-RC
- 10 - Unesp-PP



Evidencia-se, portanto, um forte concentracionismo regional da pós-graduação em Geografia na região Sudeste, refletindo o comportamento da pós-graduação em sua totalidade.

Quanto aos conceitos dos programas de pós-graduação em Geografia, observa-se que dos 14 cursos (contando individualmente os níveis de mestrado e doutorado) avaliados pelo sistema Capes, 9 apresentam conceito A (USP-F, mestrado e doutorado; USP-H, mestrado e doutorado; UFRJ, mestrado e doutorado; Unesp-RC, mestrado e doutorado e UFSC, mestrado), 5, conceito B (UFPE, UFSE, UFBA, UFMG e Unesp-PP), e há apenas um curso novo (UFG). Com base em tal critério, observa-se que os programas de pós-graduação em Geografia primam pela excelência (Quadro 1).

Com relação ao número de alunos matriculados, constata-se que os programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, em 1995, absorviam 847 alunos (Figs. 2 e 3), dos quais 666 em instituições da

região Sudeste (78,6%), e apenas no Estado de São Paulo existiam 545 matriculados (64,3% do total nacional).

Quanto à titulação, observa-se também uma certa relação com os aspectos mencionados anteriormente, ou seja, dos 218 alunos titulados entre 1994/95, 53,5% encontravam-se vinculados a instituições do Estado de São Paulo, ou 77,5% na região Sudeste. Do restante, 10,1% relacionavam-se a instituições do Nordeste e 12,4% à região Sul, representada pela UFSC. Reforça-se assim o aspecto concentracionista evidenciado anteriormente (Figs. 4 e 5).

Com o intuito de demonstrar as expectativas futuras, levantou-se um total de 252 alunos elaborando tese/dissertações, constatando-se que 198 encontravam-se em instituições da região Sudeste (78,6%), 96 dos quais no Estado de São Paulo (38,1%).

Com base nas informações utilizadas (Execapes, 1994/95), observa-se que a evasão é insignificante nos programas de pós-graduação em Geografia: 11 em 1994 e 22 em 1995, o que corresponde a aproximadamente 2% do total de alunos matriculados.

Quanto ao tempo gasto para titulação, observa-se que a conclusão de um mestrado corresponde a aproximadamente 4,2 anos e a do doutorado, a 5,1 anos, portanto bem acima dos 30 e 48 meses, respectivamente, estimados pela Capes como tempo ideal (Figs. 6 e 7). Em determinados programas a situação se agrava, como nos casos da USP-F, em 1995, com tempo para titulação de 5,6 e 5,0 anos, respectivamente; da USP-H, de 5,2 e 5,8 anos, e da Unesp-RC, de 4,7 e 6,0 anos. Constata-se, portanto, com raras exceções (UFSE, com 3,7 anos; UFRJ, com 3,6; UFMG, com 3,8 anos – todos relativos ao mestrado), um tempo de titulação excessivo para a capacitação pretendida (Quadro 1).

Quanto ao corpo docente permanente dos referidos programas, observa-se que em 1995 correspondia a um total de 189 professores, dos quais 162 com titulação de doutor (85,7%). Desse montante, destaca-se a região Sudeste com 126 docentes (66% do total), sendo 123 doutores (97,6% de doutores, portanto, bem acima da média – Fig. 8 –, representando quase 76% do total de doutores no país). Em segundo lugar, bem distante, aparece a região Nordeste, com 31 docentes (16,4% do total).

Figura 2

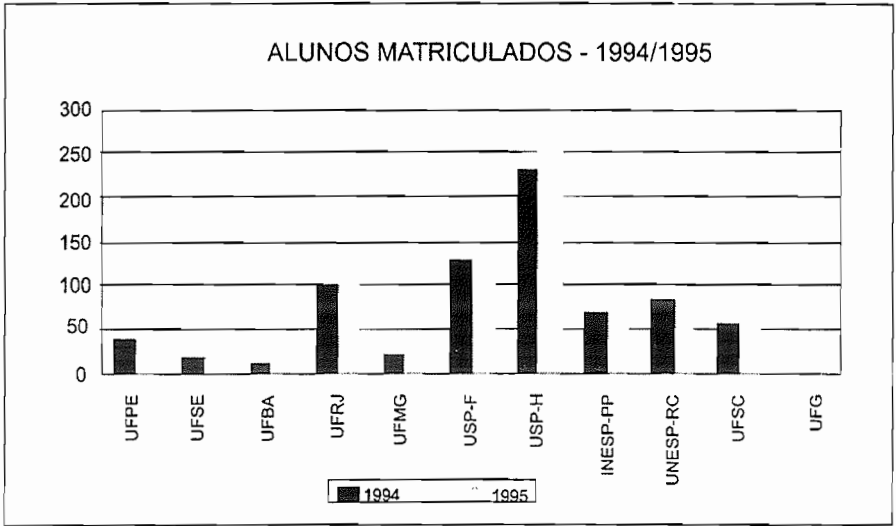


Figura 3

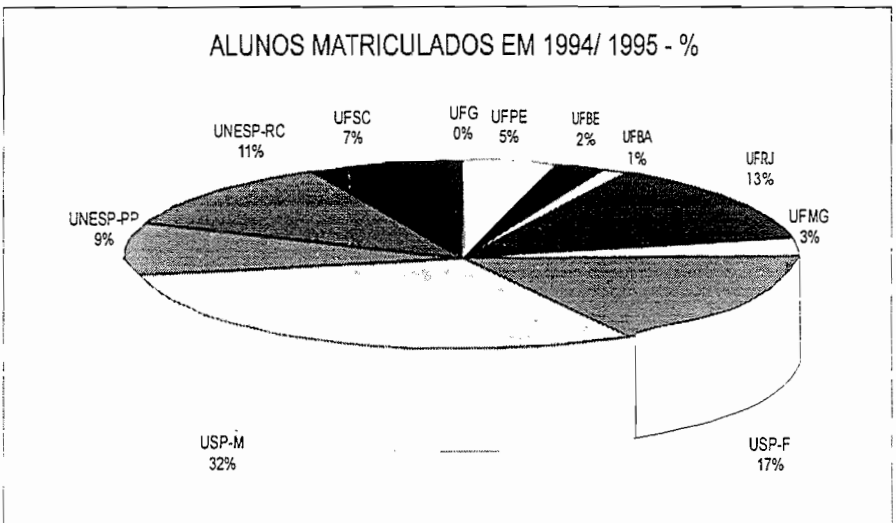


Figura 4

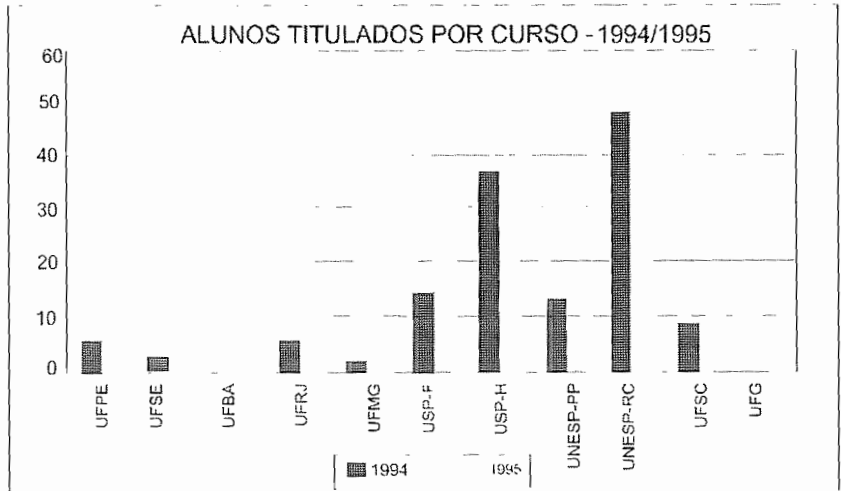


Figura 5

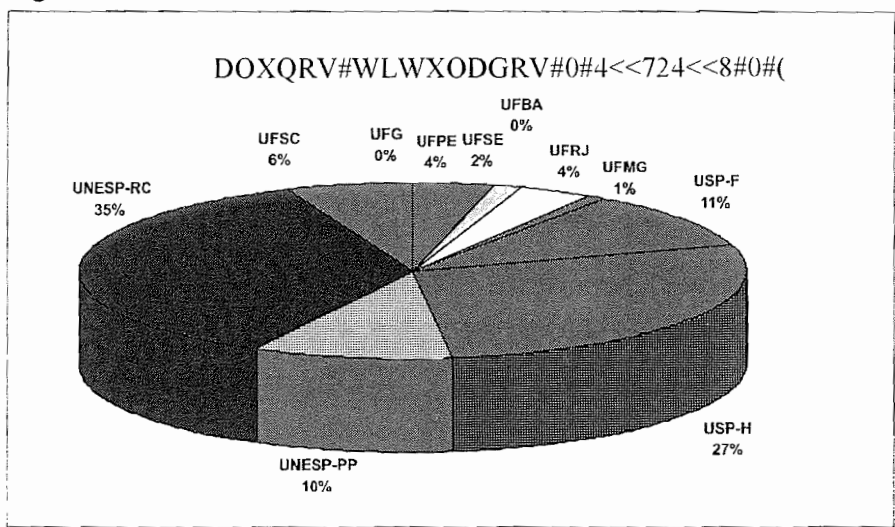


Figura 6

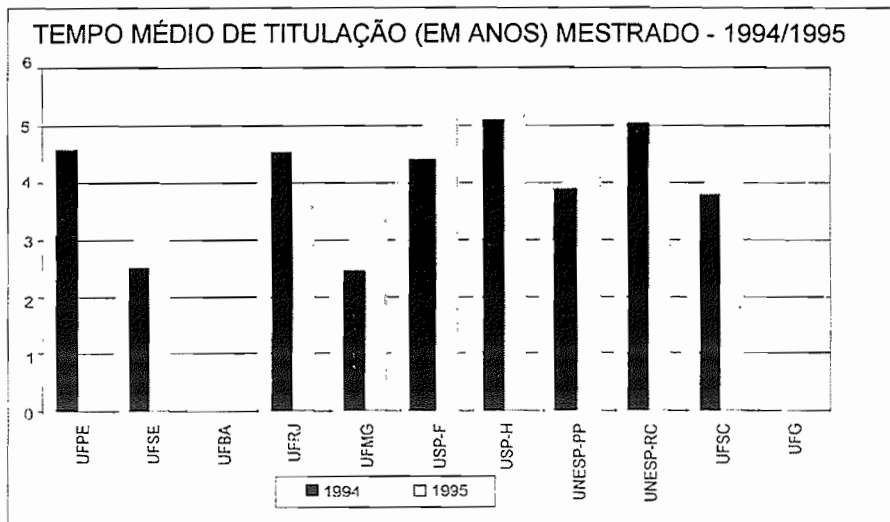
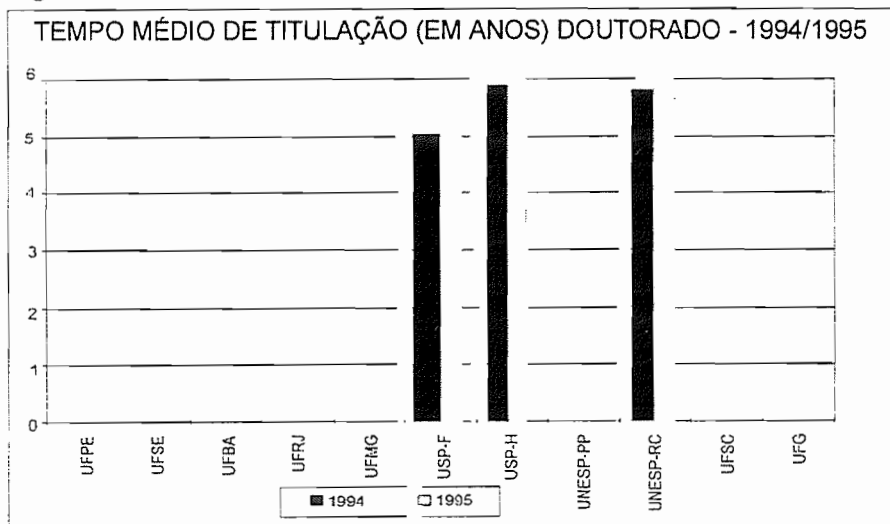
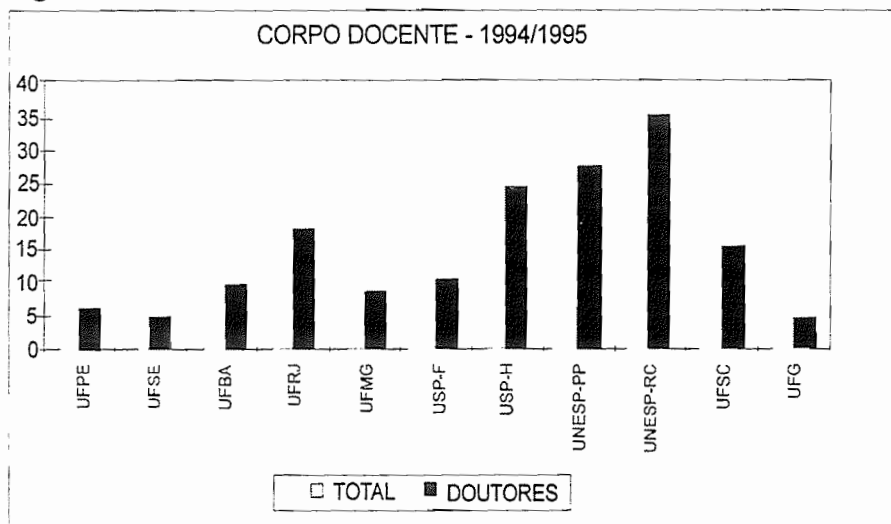


Figura 7



Quanto ao número de professores doutores, do quadro total permanente, em 1995, observa-se que, enquanto na região Sudeste era de 97,6%, no Sul era de 70%, no Nordeste, de 67,7% e no Centro-Oeste, (UFG) de apenas 33%. Tal fato demonstra uma estreita relação entre o grau de consolidação dos programas de pós-graduação com o potencial da titulação, evidenciando-se a desejada performance nas instituições historicamente consolidadas e baixa titulação nas emergentes (Fig. 8).

Figura 8



A pesquisa nos programas de pós-graduação em Geografia pode ser caracterizada pela produção científica, medida através de publicações de artigos em revistas indexadas, de livros ou capítulos de livros e apresentação de trabalhos completos em anais, além da apresentação de projetos integrados às respectivas linhas de pesquisa.

Com relação à produção científica docente, constata-se que no período de 1994/95 a média nacional foi de 1,96 produto/docente; em 1994 foram publicados 356 produtos no país e 10 no exterior, correspondendo a 2,09 produto/docente, e em 1995, 309 produtos no país e 40 no exterior, correspondendo a 1,85 produto/docente do corpo permanente. Observa-se pequena redução no número de produtos publicados entre 1994/95, embora

tenha sido significativamente ampliado o número de publicações no exterior (participação expressiva da USP-H e Unesp-RC). Quanto à produção científica regional, observa-se a seguinte distribuição: 83,7% das publicações, em 1995, na região Sudeste (o Estado de São Paulo respondeu por 35% do produto total); 7,7%, no Nordeste; 6,0%, no Sul e 2,6%, no Centro-Oeste (Figs. 9 e 10).

Ainda quanto à relação produto/docente, tomando como referência 1995 por instituição, constata-se a expressividade da UFRJ (com 3,76), da USP-F (3,60), da USP-H (3,18) e da Unesp-RC (2,14). Os demais programas apresentam produção abaixo da média. Em síntese, observa-se estreita vinculação entre a constituição do corpo docente titulado e a produção científica, evidenciando-se que instituições com programas consolidados apresentam significativa produção em relação às emergentes, não correspondendo estas às expectativas (muitas vezes, não chega a um produto por docente).

Com relação às linhas de pesquisa apresentadas pelos programas de pós-graduação em Geografia, constata-se uma certa vinculação com temáticas regionais, ou eixos temáticos associados às respectivas áreas de concentração. Quanto às temáticas regionais, observa-se uma verdadeira perseverança no programa de mestrado em Geografia da

Figura 9

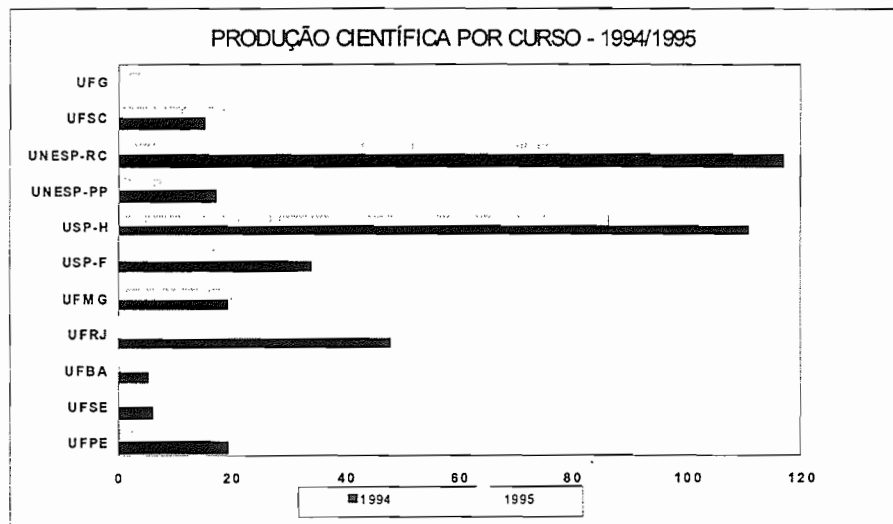
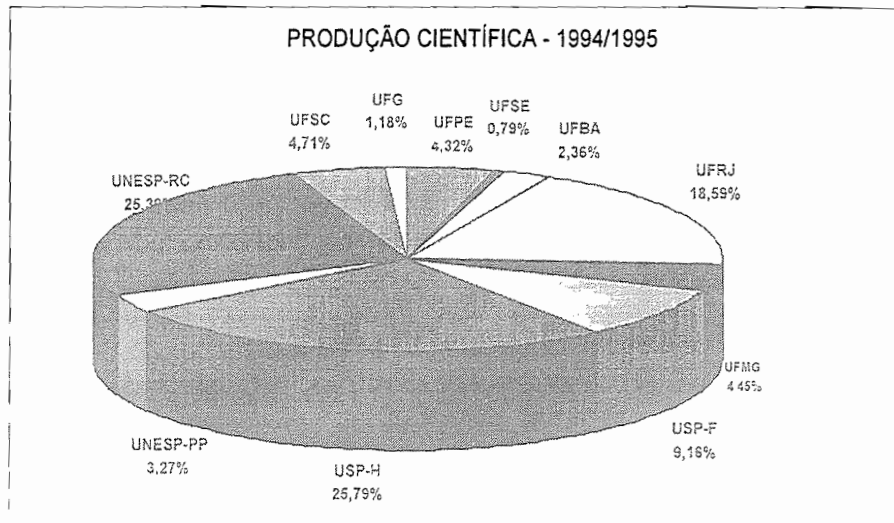


Figura 10



UFPE, voltado às questões nordestinas (econômicas, de meio ambiente, urbanas e agrárias). A UFBA trata largamente do espaço urbano regional, de uma forma menos incisiva, a UFSC procura centrar seus estudos nas questões litorâneas e a UFG, nas relações espaciais do domínio do cerrado. A UFMG destaca-se pelas implicações tectônicas nos estudos de natureza física e a UFSE, nas questões de natureza agrária (campesinato). Observa-se, ainda, uma certa predileção da UFRJ pelos estudos do quaternário no domínio costeiro. Outras temáticas são tratadas pelos programas relacionados, embora as citadas pareçam corresponder à preferência, justificadas muitas vezes por docentes que se destacam em determinadas linhas de pesquisa, portadores de expressiva produção científica. Programas como os da USP-F, da USP-H, da Unesp-RC e da Unesp-PP apresentam linhas de pesquisa mais genéricas, constatando-se a regularidade para temáticas específicas como a agrária, a urbana, a regional e o meio ambiente, além de estudos dos componentes físicos (geomorfologia, climatologia), cartográficos ou relativos ao ensino (Quadro 2).

1.1 Apontamentos constantes no parecer Capes (Biênio 1994/95)

O relatório Capes (Fichas de Avaliação de Programas-Capes), concernente ao biênio 1994/95, sobre os programas de pós-graduação em Geografia, observa com uma certa ponderação os números apresentados, sobretudo ao analisar áreas portadoras de critérios mais rigorosos (caso das Ciências Exatas, de forma geral).

Com o intuito de oferecer um panorama geral sobre o parecer em questão, elaborou-se um quadro-síntese (Quadro 3) com as principais observações de cada programa, as quais passam a ser aqui destacadas:

- Quanto ao corpo docente: tempo parcial dos professores do programa de mestrado da UFPE, responsabilidade da produção atribuída a apenas dois doutores na UFSE, número significativo de professores em treinamento na UFSC, corpo docente pluridisciplinar do mestrado da UFG, e adequação ou grau de excelência da composição dos demais programas, embora ressaltando o subdimensionamento entre o potencial docente em relação ao número de alunos matriculados nos cursos da USP-F e USP-H.

Quadro 2 - Área de Concentração e Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Geografia

PRO-GRAMAS	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
UFPE	Regionalização e Análise Regional	Economia Nordestina, Pensamento Geográfico, Agrário (Produção Rural), Organização do Espaço, Sítio Urbano, Meio Ambiente
UFSE	Organização do Espaço Rural	Organização Agrária, Ensino-Aprendizagem, Regional, Agrícola, Análise Ambiental, Relação Cidade/Campo.
UFBA	Análise Espacial Geográfica	Espaço Urbano-Regional
UFRJ	Geomorfologia/Geoecologia Organização e Gestão Territorial	Gestão Territorial, Tecnologia. Geografia, Geomorfologia, Geopolítica da Amazônia, Agrária, Morfologia Costeira, Análise Geoambiental, Relação Campo/Cidade, Pensamento Geográfico, Geomorfologia. Quaternário, Indústria, Erosão.
UFMG	Análise Ambiental Organização Humana	Neotectônica, Morfotectônica, Gestão Urbana, Ensino Geográfico Agrário, População, Meio Ambiente, Teoria Geográfica, Geopolítica, Sensoriamento Remoto.

USP-F	Geografia Física	Geomorfologia (Compartim., Processos), Climatologia Ambiental, Geografia Física Global, Qualidade Ambiental, Climatologia Urbana e Regional, Morfopedologia, Climatologia Agrícola, Estudos Quaternário, Evolução de Vertentes, Cartografia Aplicada, Ensino Geografia Física, Pedogênese.
USP-H	Geografia Humana	Metropolização, População, Regionalização, Urbana, Agrária, Geografia Política, Saúde, Teoria Geográfica, Planejamento Governamental, Indústria, Cartografia, Turismo, Ensino, Impactos Ambientais, Sistema Geográfico da Informação, Imaginário Social.
UNESP-PP	Desenvolvimento Regional Planejamento Ambiental	Organização Espacial, Análise Ambiental, Questão Agrária, Estudos Urbanos, Estudos Regionais, Repr. Cartográficas, Indústria, Geogr. Fronteiras, Erodibilidade, Clima, Solos, Epistemologia Geográfica, Ensino-Aprendizagem.
UNESP-RC	Organização do Espaço Análise da Informação Espacial	Potencial, Espaciais, Educação Ambiental, Ensino-Aprendizagem, Agrária, Modernização, Agrícola, Urbana, Problemas Ambientais, Agroindústria (cana-de-açúcar), Natureza-Sociedade, Geopolítica, Clima, Pensamento Geográfico, Inform. Sócio-Econômicas, Geografia Física, Geomorfologia, Pedologia, Sistemas Ambientais, Meio Ambiente, População, Sens. Remoto e Geogr. Econômica.
UFSC	Desenvolvimento Regional Urbano Recursos Naturais	Geologia, Manejo Ambiental, Cobertura Vegetal, Urbanização, Geomorfologia Litorânea (Estudos do Quaternário).
UFG	Natureza e Apropriação do Espaço no Cerrado	Ordenamento Ambiental, Ensino-Aprendizagem, Formação Econômico-Social na Região do Cerrado.

- Quanto às atividades de pesquisa: destaque para o elevado número de linhas nos programas da UFRJ e da USP-H, ou linhas de pesquisa sem projetos vinculados na Unesp-PP, e a coerência entre as áreas de concentração com as linhas de pesquisa, chamando atenção para o programa da UFG, que apresenta uma abordagem sociológica. Observa-se aqui que os comentários sobre o mestrado em Geografia da UFG referem-se apenas a informações relativas ao segundo semestre de 1995, quando o programa teve início.
- Quanto à produção científica: considerada adequada pelo comitê da Capes, embora pudesse ser mais elevada em determinados programas como os da UFMG, da USP-F, da Unesp-PP, da Unesp-RC e mesmo da UFSC; pequena produção na UFG; produção vinculada a professores participantes na UFSE, salto qualitativo da produção na UFBA e boa produção na UFRJ e na USP-H.
- Quanto à estrutura curricular: de modo geral considerada adequada, com ressalvas para o elevado número de créditos exigidos pela UFPE

e pela UFSE; baixa oferta de disciplinas na USP-F e na USP-H e exagerado número de disciplinas disponibilizadas na Unesp-RC.

- Quanto ao corpo discente: constatação de produção associada quase que exclusivamente à produção de teses/dissertações (observa-se a publicação de resumos nos programas da UFPE, da UFBA, da Unesp-PP, da Unesp-RC e da UFSC). Destaque para a ausência de teses no doutorado da UFRJ, criado em 1992.
- Quanto ao fluxo de alunos: baixo índice de titulação na UFSE e na Unesp-RC, observação da necessidade de redução do tempo de titulação nos programas da UFRJ (48 meses para o mestrado), da UFSC e da Unesp-RC.
- Aspectos gerais: necessidade de melhorar o corpo permanente titulado (UFSE e UFG), ampliar o número de publicações (UFMG), melhorar a oferta de disciplinas (USP-F e USP-H) e ainda proceder à revisão de disciplinas (Unesp-PP) ou curricular (Unesp-RC).

Enfim, observa-se uma estreita relação entre o diagnóstico apresentado anteriormente e as considerações do Comitê Assessor da Capes, reforçando a idéia de que, enquanto nos programas consolidados os problemas normalmente referem-se ao ordenamento da capacidade instalada, nos emergentes eles são de natureza infra-estrutural e, portanto, mais preocupantes, porque não dependem exclusivamente do esforço próprio.

2. PONTOS PARA DISCUSSÃO

Da análise dos relatórios apresentados pelas coordenações (1994/95) e daqueles emitidos pelos consultores da Capes, alguns pontos devem ser ressaltados, visando não apenas buscar uma melhor *performance* dos programas, mas também uma possível discussão sobre a política nacional de pós-graduação, responsável pelo concentracionismo evidenciado. Os pontos considerados cruciais são aqui enumerados e divididos em dois aspectos:

Quadro 3 - Programas de Pós-Graduação em Geografia - Parecer Consultores - Capes (1994/1995)

UFPE	UFSE	UFBA	UFRJ	UFMG	USP-F	USP-H	UNESP-PP	UNESP-RC	UFSC	UFG
Professores tempo parcial.	Professores mestres devotando responsabilidade em dois doutores	Adaptar as condições do curso	Adequado (doutorado externo)	Corpo docente adequado	Subdimensionado em relação a alunos	Subdimensionado em relação a alunos	Boa relação orientador-orientado.	Novos professores superdimensionado.	Incapacidade de formação de docentes	Pouca perspectiva de formação
Consistência com a proposta.	Concreta com as áreas de concentração.	Duas áreas com projetos individuais	Grande número de linhas de pesquisa.	Adequado linhas e projetos.	Densidade adequada	Mínimas linhas de pesquisa (17)	Linhas de pesquisa sólidas e vinculadas	Quantidade e conteúdo adequados	Adequação de linhas de pesquisa/proposta	Relações com a Sociologia e Geologia.
Boa produção	Relativa a professores.	Salto qualitativo, porém, pouco distribuída e irregular.	Antigos/livros de pesquisa	Pouca produção docente em relação ao corpo.	Relat. baixa em artigos e livros	Boa produção de livros e materiais antigos	Regular p/ o corpo docente	Auxílio no índice de artigos/capítulo por docente.	Auxílio na elevação do índice prod. /docente permanente.	Pouco número de publicações relacionadas ao evento promovido.
Excessivo número de créditos (10)	Disciplinas orientais com a proposta	Adequada	Ampla oferta de opções	Boa estrutura curricular.	Baixa oferta	Baixa n° de disciplinas	Adequada ao curso.	Baixas de créditos	Créditos adequados.	Adequada à proposta do curso.
Tipla produção	Baixa produção de títulos.	Não há dissertações	Rédito de titulação no mestrado 74/95	Tendência de recuperação quanto à titulação.	Titulações regulares p/ o mestrado e boa para o doutorado.	Produção de boa qualidade	Razível em dissertações e destaque em resumos.	Aumento na titulação em 95	Bom índice de publicação	Não há dados.
Boa fluxo	Não há dados p/ avaliar.	Não há dados p/ avaliar.	Demanda atendida de 30-50%	Tempo de titulação adequado.	Fluxo a ser ampliado	Grande parte de inserções aceita.	Grande procum.	Baixa admisso de alunos.	Fluxo normal de alunos.	Não há dados.
Equilíbrio entre docente/fluxo alunos	Boas perspectivas de desenvolvimento	Boas perspectivas de desenvolvimento.	Índice maior/menor	Tendência de recuperação em função de especialidades.	Melhora da produção docente	Motiva evolução positiva	Evolutiva em termos de equipamentos.	Ampliação número de disciplinas.	Crescimento irregular.	Não apresenta ajuda um núcleo consistente.
Curso pequeno e consolidado	Boa integração com a graduação	Participação alunos de graduação	Envolvimento dos alunos com a pós-graduação	Boa integração com a graduação	Ampliação do melhor oferta de disciplinas	Baixa integração e a graduação	Pequena participação na graduação.	Bom índice de graduação.	Bom índice de graduação.	Integração com a graduação.
Evolução positiva (titul. alunos)	Reavaliar o currículo (total de créditos)	Reavaliar o currículo (total de créditos)	Questão no bônus de titulação.	Melhor oferta de disciplinas	Ampliar oferta de disciplinas	Problemas com tempo de titulação e projetos/linhas de pesquisa	Revisão de disciplinas.	Ampliar admisso de alunos.	Aguardar implantação do doutorado.	Elaboração de plano de consolidação / corpo docente qualificando.

A - Aspectos intrínsecos aos programas de pós-graduação:

- Quanto ao corpo docente: baixo número de titulados nos programas emergentes; baixa produção científica, também nos programas emergentes.
- Quanto à atividades em pesquisa: número excessivo de linhas de pesquisa em determinados programas.
- Quanto à estrutura curricular: necessidade de reestruturação curricular em determinados programas; oferta reduzida de disciplinas também em determinados programas.
- Quanto ao corpo discente: de modo geral, baixo índice de titulação nos programas; tempo gasto para titulação excessivo; baixa produção científica externa.

B - Aspectos relacionados a uma política de pós-graduação em Geografia:

- Concentracionismo dos programas de pós-graduação.

Com relação aos aspectos intrínsecos aos programas de pós-graduação em Geografia, duas medidas são aqui propostas para discussão, fundamentadas em experiências constatadas em outras áreas do conhecimento: necessidade de uma sintetização de linhas de pesquisa para atender a temática do programa e congregar as diversas especializações do corpo docente; uma estrutura programática que introduza o aluno, durante a realização dos créditos, às atividades de sua pesquisa.

A primeira medida reduzirá o excessivo número de linhas de pesquisa constatado em alguns programas e permitirá a organização da produção científica em torno de poucos eixos temáticos. No caso dos programas emergentes, entende-se como oportuna a possibilidade de direcionar os respectivos eixos às questões regionais – P&D regional –, partindo-se do princípio que "é no lugar, na região, que o sentido busca refúgio, a construção de um discurso político capaz de oferecer um sentido próprio ao mundo" (Santos, 1994),¹ além de oferecer aos

¹ Milton Santos em *O pensamento*, textos apresentado no Encontro Internacional Espécie, Espaço, Estado – O Desafio do Ordenamento Territorial. Tocantins, 1994.

programas de pós-graduação a expectativa de se constituírem em "autoridades regionais".

O ordenamento de linhas de pesquisa promoverá, principalmente nos programas emergentes, a racionalização do potencial humano em torno de objetivos comuns, bem como dos recursos materiais, imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa. A perspectiva regional, por sua vez, além de proporcionar o desenvolvimento de grupos de excelência em temáticas apropriadas, para atrair investimentos induzidos por agências de fomento ou programas especiais, aumentará sem dúvida o retorno social do investimento público na instituição, legitimando-a como autoridade regional e assegurando sua participação na identificação das necessidades futuras a partir dos anseios da sociedade (uma prática social almejada).

O referido ordenamento de linhas permitirá, ainda, um maior fluxo de alunos a partir das disponibilidades centradas em eixos temáticos, reduzindo a necessidade de se produzir super-orientadores, com conhecimentos diversos, para oferecer maior segurança e contribuir para a redução do tempo de titulação de seus orientandos, considerando-se o evidente domínio teórico-metodológico a ser construído.

Com relação à estrutura programática apontada acima, atividades curriculares voltadas para a definição do objeto em estudo, a elaboração de projetos e até mesmo a possibilidade de iniciar o desenvolvimento da pesquisa ainda na fase de elaboração de créditos poderão contribuir para abreviar o tempo de titulação do orientando. Parte-se do princípio de que o ingresso do candidato se daria através de memorial justificando suas pretensões e que já no início do curso seriam discutidas suas expectativas, definindo-se o objeto de estudo e elaborando-se o respectivo projeto com o apoio de docentes que representam o eixo temático/linha de pesquisa de interesse do aluno. Ao definir o problema objeto do estudo, ainda na fase de cumprimento dos créditos, o aluno poderá optar pela realização de disciplinas eletivas que atenderiam aos objetivos da pesquisa.

Em síntese, observa-se que adotando algumas medidas, como o ordenamento/sintetização de linhas de pesquisa, numa perspectiva

temática regional, e redefinindo a estrutura programático-curricular, torna-se possível corrigir alguns parâmetros observados anteriormente.

Sabe-se, contudo, que os problemas relativos aos programas de pós-graduação em Geografia não se restringem aos aspectos de natureza intrínseca, os quais deveriam ser tratados num momento subsequente. Concentracionismo dos programas e busca da consolidação dos cursos emergentes merecem um tratamento antecedente. O tópico adiante trata da necessária desconcentração da pós-graduação brasileira, em sua totalidade, podendo ser transposto às especificidades da ciência geográfica.

2.1. A desconcentração como perspectiva política

Uma política de desconcentração da pesquisa e pós-graduação passa necessariamente pela superação do princípio da hierarquização das desigualdades.

Como se diz, "a desigualdade é antes de tudo ontológica", sendo primitivamente concebida a partir da apropriação do excedente. Esse mesmo "instinto existencial" é materializado em diversas instâncias, como no processo de ordenamento espacial. Os interesses econômicos hegemônicos e a subserviência neocolonial promoveram a implementação de uma política de ocupação e uma função diferencial no espaço brasileiro, implicando uma concentração do capital e de suas bases de sustentação, como forma de investimento – como é o caso da consolidação da pesquisa e da pós-graduação na região Sudeste.

Sabe-se, contudo, que a desigualdade legitimada pela megamáquina antrope-social, através de seus aparelhos ideológicos, implica, conseqüentemente, um processo de hierarquização como forma também de legitimação de um tratamento diferencial. Tal fato justifica as razões que implicam cada vez mais uma maior concentração. Transposto para as questões relativas à pesquisa e à pós-graduação, tem-se como princípio a verdade de que a capacidade instalada no Sudeste responde pela competência que se constitui em referência ou em critério de avaliação. Esse processo de hierarquização da desigualdade, com uma estrutura diferenciada pela política diferencial – referência para um processo de avaliação –, implica

necessariamente uma discriminação progressiva, sem chances de reverter o quadro historicamente produzido.

A conclusão a que se chega é que "os diferentes devem ser tratados de formas diferentes", desprovidos de qualquer processo de hierarquização, como chance de se reverterem as relações antagônicas. Assim, se a hegemonia local deixar de se constituir em referência como "critério de mérito" para a destinação de recursos de pesquisa ou para implementação da pós-graduação, com certeza novas oportunidades surgirão como base de sustentação de uma nova estrutura organizacional.

Silveira & Casseti (1996) comentam várias atitudes prático-sociais que devem ser rompidas na formulação desse novo padrão, haja vista a desconcentração da pesquisa e pós-graduação: visão hegemônica de uma região sobre a outra, que desqualifica as mais frágeis, arrogando-se portadoras do nacional – e mesmo do regional – e ideologizando o conceito de "incapacidade"; visão regionalista que se arroga das vantagens estruturais como prática "conspiratória" contra as mais frágeis; visão colonizadora, que, no contexto neoliberal, aspira à internacionalização a qualquer custo, ignorando as necessidades regionais; visão nacionalista arcaica, que rechaça todo e qualquer referencial internacional como critério, ao mesmo tempo que utiliza o seu como modelo referencial para as outras regiões.

Portanto, a desconcentração requer uma postura de cooperação que não ignore os conflitos e diferenças regionais, rompendo a ideologização do "modelo-padrão". A política comum desejável é a qualificação dos recursos humanos fundamentada nas especificidades regionais. "O grande equívoco de um modelo-padrão para todo o país tem sido o de acreditar que, pela homogeneização de mecanismos e instrumentos de intervenção, homogeneizam-se os resultados". Ainda, Silveira & Casseti (1996) observam que uma política global de desconcentração deve, necessariamente, observar dois requisitos: uma concepção de desenvolvimento para as regiões, que seja integral e contemple as várias dimensões da realidade objetiva (entende-se, portanto, a necessidade de a universidade se constituir em "autoridade regional"); e a indução de programas especiais pelas agências pertinentes ao Estado, articulada em seus diferentes níveis – federal, regional e estadual –, com a participação dos vários segmentos sociais e da comunidade acadêmica.

Com relação aos pontos acima, torna-se necessário evidenciar alguns aspectos considerados imprescindíveis para uma efetiva política de desconcentração da pesquisa e pós-graduação. Primeiro aspecto: investimentos em pesquisa e pós-graduação, partindo da indução de programas voltados ao desenvolvimento regional. Para tal, torna-se necessário promover um diagnóstico da realidade objetiva, identificando as potencialidades e vocações regionais. É também importante levantar a capacidade instalada nas IES, definir projetos e priorizar as necessidades institucionais e as expectativas quanto ao desenvolvimento regional. Segundo aspecto: adoção de medidas com vistas ao incremento de redes de pesquisa temáticas, voltadas para o desenvolvimento regional. A expectativa é a de promover a integração regional a partir do levantamento de grupos e de linhas de pesquisa institucionais, apoiadas por programas de intercâmbio científico-regional. Terceiro aspecto: capacitação intensiva dos recursos humanos nos diferentes níveis de formação acadêmica da graduação ao doutorado, tendo a pesquisa como princípio e a questão regional como universo. Vale ressaltar também a necessidade da adoção de medidas de apoio aos cursos de pós-graduação implementados, e da criação de novos programas a partir da consolidação de linhas de pesquisa incorporadas às redes temáticas regionais.

3. ANTES DE CONCLUIR

Algumas questões carecem de respostas sem perder a oportunidade proporcionada pela Anpege que, com certeza, exigirão um amplo debate envolvendo toda a comunidade acadêmica comprometida com a temática geográfica. Com certeza, ao se encontrarem as respostas às questões aqui formuladas, uma nova estrutura de pós-graduação, fundamentada numa lógica apropriada, deverá ser buscada.

1. A pós-graduação em Geografia estaria atendendo a seus objetivos? Qual o papel da pós-graduação em Geografia no contexto atual, considerando as transformações produzidas pelo produtivismo liberal?
2. Não estaria na hora de se pensar em um novo "modelo" para os programas de pós-graduação em Geografia?

3. O que fazer para que a base de sustentação da pós-graduação em Geografia seja o resultado da produção de conhecimentos decorrentes da pesquisa?
4. O que fazer para desconcentrar os programas de pós-graduação de modo geral – e especificamente o de Geografia –, uma vez que se tem como prática a busca do equilíbrio regional?
5. Qual é a possível cooperação dos programas de pós-graduação em Geografia já consolidados em relação aos cursos deficitários das instituições emergentes?